

SUMÁRIO

NOTA DA 3ª EDIÇÃO.....	13
PREFÁCIO	
Antonio Manoel Vasques Gomes	15
INTRODUÇÃO	17
CAPÍTULO 1	
CONTRATOS ADMINISTRATIVOS.....	21
CAPÍTULO 2	
CONVÊNIOS ADMINISTRATIVOS	25
CAPÍTULO 3	
CONVÊNIOS ADMINISTRATIVOS DE NATUREZA FINANCEIRA	49
CAPÍTULO 4	
AS DEMARCAÇÕES DOS CONVÊNIOS ADMINISTRATIVOS ESTABELECIDAS PELO ART. 116 DA LEI Nº 8.666/93	55
4.1 Aplicação subsidiária da Lei nº 8.666/93 aos convênios de natureza financeira	61
CAPÍTULO 5	
AS DEMARCAÇÕES DOS CONVÊNIOS ADMINISTRATIVOS DE NATUREZA FINANCEIRA ESTABELECIDAS PELA PORTARIA INTERMINISTERIAL MPOG/MF/CGU Nº 507/11	63
5.1 Conceitos	64
5.2 Regras introdutórias	68
5.3 Hipóteses de não aplicação da Portaria nº 507/11	70
5.4 Local para a formalização dos convênios, contratos de repasso e termos de parceria – SICONV	72
5.5 Divulgação no SICONV – Chamamento público – Concurso de projeto	81

5.6	A comprovação por parte das entidades privadas sem fins lucrativos de atividades referentes à matéria objeto da parceria.....	86	
5.7	Da exceção à exigência de chamamento público ou concurso de projeto.....	87	
5.8	Qualificação técnica e capacidade operacional da entidade privada sem fins lucrativos.....	87	
5.9	Vedações à celebração de convênios.....	88	
5.10	Protocolo de Intenções.....	95	
5.11	Plurianualidade	95	
5.12	Fases do convênio de natureza financeira	95	
5.12.1	Fase de proposição do convênio	96	
5.12.1.1	Proposta de Trabalho, credenciamento e cadastramento.....	96	
5.12.1.2	Plano de Trabalho.....	99	
5.12.1.3	Contrapartida.....	101	
5.12.1.4	Projeto básico e termo de referência.....	106	
5.12.1.4.1	Regras referentes ao projeto básico ou ao termo de referência (§§1º ao 7º do art. 37).....	107	
5.12.2	Fase de celebração dos convênios e contratos de repasse	108	
5.12.2.1	Outras condições para a celebração de convênios e contratos de repasse	118	
5.12.2.2	Celebração de convênios ou contratos de repasse com pendências.....	122	
5.12.2.3	Cláusulas necessárias para a formalização.....	123	
5.12.2.4	Aprovação da minuta	127	
5.12.2.5	Publicidade.....	133	
5.12.2.6	Alterações no acordo	133	
5.13	Fase de execução dos convênios e contratos de repasse.....	134	
5.13.1	Vedações	134	
5.13.2	Liberação dos recursos	136	
5.13.3	Liberação em parcelas.....	137	
5.13.4	Contratação de terceiros pelos que receberem recursos públicos.....	137	
5.13.4.1	Contratação por entidades privadas sem fins lucrativos	138	
5.13.4.1.1	Desnecessidade da cotação prévia de preços.....	140	
5.14	Fase de prestação de contas.....	141	
5.14.1	Tomada de Contas Especial (TCE).....	142	
5.14.1.1	O processo de Tomada de Contas Especial (TCE) junto ao Tribunal de Contas da União (TCU).....	148	
5.14.1.2	Dever de prestar contas.....	153	
CAPÍTULO 6			
TERMOS DE PARCERIAS.....			155
6.1	Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIPs – o Terceiro Setor.....	155	
6.2	Qualificação como OSCIPS.....	158	

6.3	Termo de Parceria.....	162
6.4	A questão da instauração de licitação para a seleção da OSCIP com a qual a Administração firmará o Termo de Parceria	163
6.5	A questão da instauração da licitação para as contratações realizadas pelas OSCIPs com dinheiro público	168

LEGISLAÇÃO

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988: Excertos	175
Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993: Excertos	181
Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007	183
Portaria Interministerial Mpog/Mf/Cgu nº 507, de 24 de novembro de 2011	191
Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000: Excertos.....	227
Decreto nº 7.592, de 28 de outubro de 2011.....	233
Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999	235
Decreto nº 3.100, de 30 de junho de 1999	241
Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986: Excertos	249
REFERÊNCIAS.....	251
ÍNDICE DE ASSUNTO	257
ÍNDICE DA LEGISLAÇÃO	261